

PROCESSO Nº 23106.093882/2025-22

Tipo de Auditoria: Operacional

Assunto: Gestão da oferta e ocupação de vagas em cursos de graduação com baixa atratividade

Relatório nº: 0003/2026

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Magnífica Reitora,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 011/2025 (SEI nº 12861288 e 13646224), Processo SEI nº 23106.062073/2025-79, apresentamos os resultados dos exames realizados no âmbito da Ação de Auditoria nº 0008 do Plano Anual de Auditoria Interna de 2025, cujo objetivo consiste em avaliar a qualidade dos cursos de graduação com baixa atratividade, em função dos recursos disponíveis.

1. INTRODUÇÃO

A auditoria foi realizada em observância às normas de auditoria aplicáveis ao Setor Público Federal.

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de 16/10/2025 a 02/03/2026.

Nenhuma restrição ou limitação foi imposta à realização do trabalho.

1.1. Visão geral do objeto

A gestão da oferta de cursos de graduação e da ocupação de vagas constitui dimensão relevante da governança universitária, especialmente em contexto de restrição orçamentária e necessidade de utilização eficiente dos recursos públicos. A adequada relação entre oferta institucional e demanda estudantil relaciona-se diretamente aos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento, que orientam a Administração Pública.

Nesse sentido, o presente trabalho de auditoria tem como objeto os cursos de graduação com baixa atratividade. A baixa atratividade refere-se à dificuldade de preencher as vagas no ingresso, enquanto a evasão diz respeito à saída de alunos após o ingresso. No âmbito desta ação, foram considerados como cursos de baixa atratividade aqueles que, de forma recorrente, apresentam pouca procura, com relação candidato/vaga igual ou inferior a 1, resultando, em muitos casos, em ocupação inicial insuficiente das vagas ofertadas.

A baixa atratividade pode decorrer de múltiplos fatores, como mudanças no perfil de interesse dos estudantes, transformações no mercado de trabalho, valorização social de determinadas áreas do conhecimento e dinâmicas econômicas e tecnológicas do contexto atual.

O fenômeno do não preenchimento de vagas primárias não se restringe ao âmbito da Universidade de Brasília. O Relatório Técnico elaborado pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Ingressos na UnB (CAIS), de setembro de 2025 (SEI nº 13349089), aponta que, após o ciclo de expansão do ingresso observado até 2014, as instituições federais de ensino superior passaram a enfrentar retração no número de ingressantes e redução das taxas médias de ocupação de vagas em diversas modalidades de curso. O documento identifica o não preenchimento de vagas primárias como um dos principais desafios atuais da política de ingresso da Universidade.

No caso específico da UnB, o referido relatório registra que, até 2017, a taxa de ocupação das vagas manteve-se próxima a 100%, observando-se queda significativa a partir de 2020, quando o indicador passou a patamares inferiores a 75%, movimento mais intenso que o verificado no conjunto das instituições federais no mesmo período (Relatório Técnico da CAIS, setembro de 2025, p. 16).

Com base nos dados mais recentes da série histórica dos últimos três anos, o mesmo relatório classificou os cursos da UnB em quatro categorias de situação quanto à ocupação inicial das vagas, abrangendo cursos com preenchimento inferior a 30%, entre 30% e menos de 50%, entre 50% e menos de 70% e entre 70% e menos de 80% das vagas ofertadas, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Cursos por Faixa de Ocupação Inicial das Vagas

Faixa de Ocupação Inicial	Quantidade de Cursos	Cursos
Abaixo de 30%	6	Artes Cênicas (Lic.) – Noturno; Ciências Naturais (Lic.) – FUP Noturno; Gestão Ambiental (Bach.) – FUP Noturno; Gestão do Agronegócio (Bach.) – FUP Diurno; Música (Bach.) – Diurno; Música (Lic.) – Noturno
De 30% a < 50%	18	Artes Visuais (Lic.) – Noturno; Ciências Naturais (Lic.) – FUP Diurno; Engenharia Florestal (Bach.) – Diurno; Filosofia (Lic.) – Noturno; Física (Lic.) – Noturno; Geofísica (Bach.) – Diurno; Gestão do Agronegócio (Bach.) – Noturno; Letras – Língua Francesa e Respectivas Literaturas (Lic.) – Diurno; Letras – Tradução – Francês (Bach.) – Diurno; Letras – Tradução Espanhol (Bach.) – Noturno; Língua e Literatura Japonesa (Lic.) – Noturno; Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana (Lic.) – Noturno; Matemática (Lic.) – Noturno; Museologia (Bach.) – Diurno; Química (Lic.) – Noturno; Química Tecnológica (Bach.) – Diurno; Saúde Coletiva (Bach.) – Ceilândia – Diurno; Turismo (Bach.) – Diurno
De 50% a < 70%	11	Arquivologia (Bach.) – Noturno; Artes Cênicas (Lic.) – Diurno; Ciências Ambientais (Bach.) – Noturno; Engenharia Ambiental (Bach.) – Diurno; Geologia – Diurno; Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (Lic.) – Diurno; Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Lic.) – Noturno; Música (Lic.) – Diurno; Saúde Coletiva (Bach.) – Noturno; Serviço Social (Bach.) – Noturno; Teoria, Crítica e História da Arte (Bach.) – Noturno
De 70% a < 80%	5	Artes Visuais (Lic.) – Diurno; Biblioteconomia (Bach.) – Diurno; Engenharia Química (Bach.) – Diurno; Geografia (Bach./Lic.) – Diurno; Língua Estrangeira Aplicada – Multilinguismo e Sociedade da Informação (Bach.) – Diurno

Fonte: Elaboração própria, com base no Relatório Técnico sobre o Ingresso no Ensino Superior: O Caso da Universidade de Brasília (UnB), CAIS/DEG/DIEG, setembro de 2025 (SEI nº 13349089).

Nesse contexto, a auditoria concentrou-se na análise das ações adotadas pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG) voltadas à gestão da oferta desses cursos, com ênfase na ocupação de vagas e na adequada utilização dos recursos acadêmicos e de infraestrutura a eles vinculados.

1.2. Objetivo geral

Avaliar a qualidade dos cursos de graduação com baixa atratividade, em função dos recursos disponíveis.

1.3. Escopo

Para fins desta ação de auditoria, a análise concentrou-se na qualidade sob a ótica da utilização eficiente dos recursos institucionais, especialmente no que se refere à adequação entre oferta e demanda, à ocupação de vagas e à utilização de recursos acadêmicos e infraestrutura.

Considerando que cursos com relação candidato/vaga igual ou menor que 1 podem indicar potencial desequilíbrio entre capacidade instalada e demanda estudantil, o trabalho examinou as medidas adotadas pelo DEG para otimizar a ocupação das vagas, acompanhar indicadores de ingresso e prevenir eventual subutilização de recursos.

Não foram objeto desta auditoria aspectos pedagógicos específicos, avaliação de desempenho acadêmico ou análise de Projetos Pedagógicos de Curso, restringindo-se o escopo à verificação da adequação das ações institucionais à gestão eficiente dos recursos disponíveis.

1.4. Questões de auditoria

As seguintes questões de auditoria foram elaboradas com base no objetivo desta atividade:

1. O DEG adota ações eficazes para otimizar a ocupação de vagas em cursos de graduação com baixa atratividade?
2. Há subutilização de infraestrutura nos cursos de baixa atratividade?
3. Que fatores são percebidos pelo DEG para aprimorar a execução dos objetivos institucionais dos cursos de graduação?
4. Quais boas práticas existentes são relacionadas ao objeto da auditoria?

1.5. Metodologia

Nesta auditoria, foram empregadas as técnicas de análise documental, indagação, amostragem não probabilística, procedimentos analíticos, consistentes no exame comparativo de dados institucionais constantes de registros oficiais e pesquisa (survey).

Nos termos do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (CGU, 2017, itens 4.3.4.6 e 4.3.4.7): análise documental (item 4.3.4.6.3), para exame de documentos; indagação (item 4.3.4.6.5), para obtenção de informações formais; procedimentos analíticos (item 4.3.4.6.7), para avaliação de relações e variações relevantes; e amostragem (item 4.3.4.7), para aplicação de procedimentos sobre parte da população.

Para a análise dos vestibulares, utilizou-se amostragem não probabilística. No exame dos dados oficiais, foram analisados 6 (seis) cursos com ocupação inferior a 30% das vagas ofertadas, conforme indicação do DEG, aplicando-se procedimentos analíticos sobre dados de 2024 a 2026, com comparação entre exercícios, análise proporcional das vagas e, em 2026, segregação por primeira e segunda opção.

No que tange à técnica de pesquisa em auditoria, o Manual de Auditoria Operacional do TCU a define como estratégia metodológica destinada à obtenção de informações quantitativas e qualitativas, por meio da aplicação de questionários (BRASIL, 2020).

No âmbito da pesquisa (*survey*), adotou-se recorte distinto, contemplando 40 (quarenta) cursos com relação candidato/vaga igual ou inferior a 1, identificados a partir dos dados institucionais. O questionário foi aplicado aos estudantes desses cursos, no período de 18/12/2025 a 02/03/2026, com obtenção de 645 respostas, cujos dados foram consolidados e analisados de forma descritiva.

As fontes de informação e as evidências documentais consideradas neste trabalho correspondem às respostas às Solicitações de Auditoria nº 01 (13361496) e nº 02 (13629002), encaminhadas ao DEG e integrantes do processo SEI nº 23106.093882/2025-22.

1.6. **Unidade envolvida**
Decanato de Ensino de Graduação (DEG).

2. **RESULTADOS DA AUDITORIA**

Os resultados da análise desta Auditoria Interna, baseados nos exames realizados, são apresentados a seguir.

2.1. **INFORMAÇÃO 01 – Ações adotadas pelo DEG para otimizar a ocupação de vagas em cursos de graduação com baixa atratividade**

2.1.1. **Descrição sumária**

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 13257867, a equipe de auditoria questionou se o DEG adota ações eficazes para otimizar a ocupação de vagas em cursos de graduação com baixa atratividade, bem como solicitou a descrição das ações implementadas, a identificação dos cursos nessa condição no período de 2022 a 2024 e o encaminhamento de evidências documentais de acompanhamento e avaliação das medidas adotadas.

Em resposta, por meio do Despacho nº 13361496, o DEG informou que adota ações sistemáticas e articuladas para otimizar a ocupação de vagas nesses cursos. Informou que, em 2025, foi instituída a Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Ingressos (CAIS) na UnB, no âmbito da Diretoria de Inovação para o Ensino de Graduação, com a finalidade de analisar o ingresso e as taxas de ocupação das vagas primárias e subsidiar decisões institucionais estratégicas.

O DEG descreveu como principais ações: redistribuição e reaproveitamento de vagas ociosas com base nas Resoluções CEPE nº 053/2022, nº 256/2010 e nº 138/2010; ampliação das modalidades de ingresso, incluindo Vestibular, Acesso Enem UnB, PAS e vestibulares especiais; planejamento da oferta de turmas conforme demanda; revisão e integração de editais; ações de comunicação e transparência; e incentivo à movimentação acadêmica interna, como mudança de curso e dupla diplomação.

No âmbito das licenciaturas, foram apresentadas informações sobre o Programa Licenciaturas em Ação, vinculado ao Edital Conjunto DEG/DEX nº 40/2023, com dados referentes a projetos aprovados, bolsas ofertadas, recursos executados, produção de portfólio, desenvolvimento de site institucional, produção de vídeos e parcerias com escolas da rede pública. Também foram mencionadas ações de integração com a rede de educação básica e apoio ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que atualmente conta com 720 bolsas para estudantes e 90 para docentes supervisores.

Quanto à identificação dos cursos com baixa ocupação, o DEG informou os seguintes cursos como aqueles que preenchem abaixo de 30% das vagas: Artes Cênicas (Licenciatura) – Noturno; Ciências Naturais (Licenciatura) – FUP Noturno; Gestão Ambiental (Bacharelado) – FUP Noturno; Gestão do Agronegócio (Bacharelado) – FUP Diurno; Música (Bacharelado) – Diurno; e Música (Licenciatura) – Noturno.

Como evidências de acompanhamento e avaliação das ações, o DEG informou que o acompanhamento e a avaliação são documentados e institucionalizados, conforme comprovam os registros e instrumentos administrativos apresentados, conforme a seguir:

Tipo de Evidência	Documento/Instrumento	Conteúdo/Comprovação
Normativos Institucionais	Resoluções CEPE nº 053/2022, 256/2010 e 138/2010	Regulam redistribuição de vagas, mudança de curso, dupla diplomação e preenchimento de vagas ociosas.
Planejamento Estratégico	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2028)	Define metas de “ampliar e otimizar o uso das vagas de graduação, assegurando seu preenchimento integral”.
Planejamento e Avaliação Institucional	Plano de Autoavaliação (2023–2025) — Dimensão 2 (SINAES)	Inclui indicador de taxa de ocupação de vagas como critério de desempenho institucional.
Relatórios de Acompanhamento	Relatórios de Autoavaliação Institucional (CPA) e Relatórios de Gestão (DPO/DEG)	Apresentam análises anuais sobre evasão, ocupação e redistribuição de vagas.
Relatórios Estatísticos	Anuário Estatístico da UnB 2024 (ano-base 2023)	Demonstra taxas de ocupação acima da média nacional e crescimento da diversidade discente.
Relatórios de Auditoria e Governança	Relatório iESGo 2024 (TCU)	Avalia positivamente a eficiência e sustentabilidade social da política de gestão de vagas da UnB.
Atas e Deliberações	Atas da Câmara de Ensino de Graduação (CEG) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	Registros das deliberações sobre ajustes de editais, critérios de seleção e políticas de redistribuição de vagas.

Acrescentou, ainda, que a unidade adota medidas para enfrentar a baixa atratividade de determinados cursos, por meio da diversificação das formas de ingresso; da gestão integrada de vagas e redistribuição dinâmica; do acompanhamento estatístico e avaliativo permanente; e da governança articulada entre decanatos e unidades acadêmicas. Informou, por fim, que tais ações e seus resultados encontram-se formalmente evidenciados em normativos internos, relatórios institucionais e indicadores oficiais, a exemplo dos relatórios da CPA, do PDI, dos Relatórios de Gestão e do Anuário Estatístico.

Conclui-se, portanto, a partir das informações prestadas, que o DEG possui medidas formalizadas e registros institucionais relacionados à gestão da ocupação de vagas em cursos de graduação com baixa atratividade.

2.2. **INFORMAÇÃO 02 – Quanto à eventual subutilização de infraestrutura nos cursos de graduação com baixa atratividade**

2.2.1. **Descrição sumária**

No âmbito da Solicitação de Auditoria mencionada, a equipe questionou se há subutilização de infraestrutura, incluindo laboratórios, salas de aula e docentes, nos cursos de graduação com baixa atratividade, e solicitou a apresentação de dados e evidências que corroborassem eventual situação.

Em resposta, o DEG informou que não foi identificada subutilização de infraestrutura nas Unidades Acadêmicas mencionadas (Artes Cênicas (Licenciatura) – Noturno; Ciências Naturais (Licenciatura) – FUP Noturno; Gestão Ambiental (Bacharelado) – FUP Noturno; Gestão do Agronegócio (Bacharelado) – FUP Diurno; Música (Bacharelado) – Diurno; e Música (Licenciatura) – Noturno).

A área esclareceu que a Universidade de Brasília conta com Comissão Permanente de Espaço Físico, órgão de assessoria do Conselho de Administração, responsável por intermediar demandas relativas à organização físico-espacial do campus e do patrimônio imobiliário da FUB, articulando o Conselho com os órgãos incumbidos do planejamento, projeto, produção e controle.

Informou, ainda, que a Prefeitura do Campus atua semestralmente, em parceria com o DEG, em ações coordenadas relacionadas ao cronograma de ensalamento e aos procedimentos para solicitação de salas de aula nos prédios de uso comum, com comunicação horizontalizada junto às Unidades Acadêmicas. Destacou que foi disponibilizado tutorial para utilização do Sistema de Ensalamento e que o processamento das turmas considera aquelas lançadas no SIGAA, observando o número de vagas registradas no momento do processamento das listas de oferta, em articulação entre Unidade Acadêmica, STI, SAA, DEG e PRC.

Segundo relatado, as solicitações são analisadas com base em critérios predefinidos, com priorização de disciplinas obrigatórias, turmas com maior número de vagas e compatibilidade entre capacidade das salas e demanda registrada no sistema. São excluídas do processo turmas com oferta inferior a seis vagas ou componentes curriculares do tipo atividade. A distribuição final considera a localização das salas conforme opção registrada no sistema, sendo o resultado disponibilizado em data específica, com possibilidade de ajustes pela equipe da Prefeitura quando necessário.

A área informou, ainda, que o manejo da utilização do espaço físico considera aspectos como o não atendimento de solicitações fora do prazo ou por meios não oficiais, o respeito à capacidade máxima das salas em caso de aumento de vagas durante o período de matrícula, a divulgação da capacidade total das salas de uso comum na página da Prefeitura do Campus e a exclusão, de processos subsequentes, de turmas que não utilizem as salas alocadas no semestre letivo.

Em resposta ao questionamento da Auditoria Interna acerca da existência de eventual subutilização de infraestrutura (laboratórios, salas de aula e docentes) nos cursos de baixa atratividade, bem como da apresentação de dados e evidências que corroborassem a situação, caso confirmada, informou:

Não foi identificada subutilização de infraestrutura nas Unidades Acadêmicas mencionadas no item 1.2.

A análise das informações referentes à gestão e ao uso dos espaços físicos da Universidade de Brasília (UnB) permite afirmar que não há subutilização da infraestrutura nas Unidades Acadêmicas que ofertam cursos com baixa demanda. A instituição adota um sistema de ensalamento centralizado e articulado entre a Prefeitura do Campus (PRC), o Decanato de Ensino de Graduação (DEG), a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) e as Unidades Acadêmicas, o que assegura o aproveitamento racional dos espaços disponíveis. O processo é conduzido de forma semestral, com base em critérios objetivos — como priorização de disciplinas obrigatórias, turmas com maior número de vagas e compatibilidade entre capacidade das salas e demanda registrada no SIGAA —, evitando ociosidade. Além disso, as turmas que não utilizam as salas alocadas são automaticamente excluídas de processos futuros, e o uso das salas de aula é acompanhado pela PRC, que realiza ajustes conforme necessário. Esses procedimentos, aliados à atuação da Comissão Permanente de Espaço Físico e à comunicação horizontal entre as unidades, demonstram que há planejamento, controle e articulação efetiva, garantindo o uso pleno e eficiente da infraestrutura física da UnB, sem indícios de subutilização.

Com base nas informações e evidências documentais apresentadas pela unidade, bem como na descrição dos procedimentos institucionais de gestão e alocação de espaços acadêmicos, não foram identificados elementos que indiquem situação de subutilização de infraestrutura nos cursos com baixa demanda. Ressalta-se que a análise se limitou aos elementos constantes das respostas fornecidas às Solicitações de Auditoria, não tendo sido realizados testes físicos de ocupação, verificação *in loco* dos espaços acadêmicos ou exames específicos quanto à carga efetivamente ministrada pelo corpo docente.

2.3. **INFORMAÇÃO 03 – Fatores percebidos pelo DEG para aprimorar a execução dos objetivos institucionais dos cursos de graduação**

2.3.1. **Descrição sumária**

Em relação aos fatores que influenciam a execução dos objetivos institucionais dos cursos de graduação, abordados na Questão de Auditoria nº 3, o DEG informou que, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2023–2028 e o Plano de Autoavaliação Institucional 2023–2025, adota medidas voltadas ao aperfeiçoamento da política de ocupação de vagas e da gestão acadêmica. Entre as iniciativas mencionadas estão o fortalecimento do programa “Vem pra UnB!” e a reativação do “Programa Interação PAS”; a avaliação da adesão ao SISU para preenchimento de vagas remanescentes; o desenvolvimento de campanhas de valorização das licenciaturas; a revisão da Resolução CEPE nº 53/2022; e a criação de observatório permanente de ingresso com ferramentas visuais de acompanhamento.

O Decanato informou ainda que o aprimoramento institucional é favorecido pela integração entre planejamento e avaliação, pela gestão da oferta de cursos conforme a capacidade institucional, pela diversificação dos processos seletivos, pelos mecanismos de mobilidade acadêmica interna previstos nas Resoluções CEPE nº 138/2010 e nº 053/2022, pelo uso de sistemas de gestão acadêmica e pela análise periódica de indicadores de ocupação e desempenho.

Quanto às dificuldades, foram apontadas a baixa atratividade em determinadas áreas do conhecimento, especialmente licenciaturas e cursos noturnos; a evasão e retenção prolongada; o descompasso entre oferta e demanda entre os *campi*; e limitações de infraestrutura e corpo docente decorrentes da expansão.

Como oportunidades de melhoria, a unidade indicou o fortalecimento da comunicação institucional; a revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso; a ampliação da integração entre DEG, DAC e Unidades Acadêmicas; a expansão das políticas de permanência; e a automação de fluxos nos sistemas acadêmicos.

Diante do exposto, observa-se que o DEG identifica fatores que impactam a execução dos objetivos institucionais dos cursos de graduação e adota medidas voltadas ao aprimoramento da política de ingresso e da gestão da oferta.

2.4. **INFORMAÇÃO 04 – Fatores associados à baixa atratividade dos cursos analisados: resultados de pesquisa aplicada a estudantes**

2.4.1. **Descrição sumária**

No âmbito da Questão de Auditoria nº 3, e com a finalidade de complementar as informações prestadas pelo DEG, foi realizada pesquisa (*survey*) mediante aplicação de questionário a estudantes dos 40 cursos de graduação identificados na Tabela 1, definidos com base no Relatório Técnico da CAIS (SEI nº 13349089), por apresentarem baixa ocupação inicial das vagas. Para tanto, foi elaborado questionário no *Google Forms*, composto por 14 questões objetivas e 3 questões abertas, cujo *link* foi encaminhado às secretarias desses cursos, com solicitação de divulgação respectivos aos estudantes. As questões formuladas buscaram identificar as possíveis causas da baixa demanda nesses cursos, isto é, os fatores que poderiam estar contribuindo para a não adesão e o não preenchimento integral das vagas oferecidas. O questionário permaneceu aberto para respostas entre 18/12/2025 e 02/03/2026 e teve o tempo médio de resposta de 14min12s.

Diferentemente das informações anteriores, baseadas na percepção da unidade gestora, esta etapa teve por objetivo captar a percepção dos próprios estudantes acerca dos fatores associados à baixa demanda, cujas respostas foram consolidadas e analisadas conforme apresentado a seguir.

Foram obtidas 645 respostas válidas advindas de estudantes de cursos de diferentes áreas do conhecimento, cujos resultados foram analisados de forma descritiva.

Infelizmente, mesmo após reiteração de solicitação de preenchimento às respectivas secretarias, 3 cursos que optaram por não participar (Música Licenciatura – Diurno, Saúde Coletiva de Ceilândia – Diurno e Saúde Coletiva – Noturno) e outros 5 apresentaram participação bastante baixa, de apenas 1 a 3 respostas (Artes Visuais – Diurno, Ciências Naturais FUP – Noturno, Engenharia Ambiental – Diurno, Gestão do Agronegócio FUP – Diurno, Serviço Social – Noturno). Um fator que pode ter contribuído para a não divulgação e/ou não adesão ao preenchimento por parte dos alunos foi o período de encaminhaento, que coincidiu com as férias escolares.

Entre os cursos com maior participação na pesquisa destacaram-se os 10 primeiros cursos apontados na Tabela 2:

Tabela 2 – Participação dos cursos na pesquisa

Curso	Tipo	Período	Faixa de ocupação inicial das vagas	Quantitativo de respostas	% do fator
Teoria, Crítica e História da Arte	Bacharelado	Noturno	De 50% a < 70%	57	8,83%
Turismo	Bacharelado	Diurno	De 30% a < 50%	45	6,97%
Língua e Literatura Japonesa	Licenciatura	Noturno	De 30% a < 50%	39	6,04%
Museologia	Bacharelado	Diurno	De 30% a < 50%	37	5,73%
Língua Estrangeira Aplicada – Multilinguismo e Sociedade da Informação	Bacharelado	Diurno	De 70% a < 80%	36	5,58%
Arquivologia	Bacharelado	Noturno	De 50% a < 70%	34	5,27%
Engenharia Química	Bacharelado	Diurno	De 70% a < 80%	30	4,65%
Letras – Português do Brasil como Segunda Língua	Licenciatura	Diurno	De 50% a < 70%	29	4,49%
Ciências Ambientais	Bacharelado	Noturno	De 50% a < 70%	27	4,18%
Gestão do Agronegócio	Bacharelado	Noturno	De 30% a < 50%	27	4,18%
Resultado dos 10 mais participativos	8 bacharelados e 2 licenciaturas	5 diurnos e 5 noturnos	4 de 30% a < 50% 4 de 50% a < 70% 2 de 70% a < 80%	361	55,92%
Geologia	Bacharelado	Diurno	De 50% a < 70%	24	3,72%
Língua Portuguesa e Respectiva Literatura	Licenciatura	Noturno	De 50% a < 70%	22	3,41%
Matemática	Licenciatura	Noturno	De 30% a < 50%	19	2,94%
Geofísica	Bacharelado	Diurno	De 30% a < 50%	18	2,79%
Letras - Tradução - Espanhol	Bacharelado	Noturno	De 30% a < 50%	17	2,63%
Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana	Licenciatura	Noturno	De 30% a < 50%	17	2,63%
Química Tecnológica	Bacharelado	Diurno	De 30% a < 50%	17	2,63%
Geografia	Bacharelado / Licenciatura	Diurno	De 70% a < 80%	16	2,48%
Letras – Tradução - Francês	Bacharelado	Diurno	De 30% a < 50%	16	2,48%
Engenharia Florestal	Bacharelado	Diurno	De 30% a < 50%	15	2,32%
Física	Licenciatura	Noturno	De 30% a < 50%	15	2,32%
Música	Bacharelado	Diurno	Abaixo de 30%	12	1,86%
Química	Licenciatura	Noturno	De 30% a < 50%	11	1,70%
Artes Cênicas	Licenciatura	Noturno	Abaixo de 30%	11	1,70%
Artes Cênicas	Licenciatura	Diurno	De 50% a < 70%	9	1,39%
Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	De 70% a < 80%	9	1,39%
Letras - Língua Francesa e Respectivas Literaturas	Licenciatura	Diurno	De 30% a < 50%	9	1,39%
Ciências Naturais - FUP	Licenciatura	Diurno	De 30% a < 50%	6	0,93%
Filosofia	Licenciatura	Noturno	De 30% a < 50%	6	0,93%
Gestão Ambiental - FUP	Bacharelado	Noturno	Abaixo de 30%	6	0,93%
Música	Licenciatura	Noturno	Abaixo de 30%	6	0,93%
Artes Visuais	Licenciatura	Noturno	De 30% a < 50%	5	0,77%
Resultado dos outros 22 cursos que participaram de forma mediana	9 bacharelados, 12 licenciaturas e 1 licenciatura/ bacharelado	11 diurnos e 11 noturnos	4 abaixo de 30% 13 de 30% a < 50% 3 de 50% a < 70% 2 de 70% a < 80%	286	43,34 %
Serviço Social	Bacharelado	Noturno	De 50% a < 70%	3	0,46%
Artes Visuais	Licenciatura	Diurno	De 70% a < 80%	2	0,31%
Gestão do Agronegócio - FUP	Bacharelado	Diurno	Abaixo de 30%	2	0,31%

Ciências Naturais - FUP	Licenciatura	Noturno	Abaixo de 30%	1	0,15%
Engenharia Ambiental	Bacharelado	Diurno	De 50% a < 70%	1	0,15%
Resultado dos 5 menos participativos	3 bacharelados e 2 licenciaturas	3 diurnos e 2 noturnos	2 abaixo de 30% 2 de 50% a < 70% 1 de 70% a < 80%	9	1,38%
Música	Licenciatura	Diurno	De 50% a < 70%	0	0%
Saúde Coletiva - Ceilândia	Bacharelado	Diurno	De 30% a < 50%	0	0%
Saúde Coletiva	Bacharelado	Noturno	De 50% a < 70%	0	0%
Resultado dos 3 não participantes	2 bacharelados e 1 licenciatura	2 diurnos e 1 noturno	1 de 30% a < 50% 2 de 50% a < 70%	0	0%
Total	22 bacharelados e 17 licenciaturas e 1 licenciatura/ bacharelado	21 diurnos e 19 noturnos	6 abaixo de 30% 18 de 30% a < 50% 11 de 50% a < 70% 5 de 70% a < 80%	656	100%

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa “Percepção dos discentes da UnB sobre cursos que possuem baixa atratividade” e no Relatório Técnico sobre o Ingresso no Ensino Superior: O Caso da Universidade de Brasília (UnB), CAIS/DEG/DIEG, setembro de 2025 (SEI nº 13349089).

Uma primeira análise apontou que, embora tenha havido a participação de 645 estudantes, a questão na qual se pedia que fossem selecionado(s) o(s) curso(s) da UnB ao(s) qual(is) o respondente estava vinculado, resultou em 656 respostas. Essa situação desencadeou o exame das respostas individuais, que demonstrou que 9 alunos declararam estar vinculados a mais de um dos cursos listados, conforme verifica-se na Tabela 3:

Tabela 3 – Respondentes que indicaram mais de um curso	
Discente nº	Cursos indicados
17	Artes Cênicas (Licenciatura) – Diurno Artes Cênicas (Licenciatura) – Noturno
49	Artes Visuais (Licenciatura) – Noturno Teoria, Crítica e História da Arte (Bacharelado) – Noturno
72	Filosofia (Licenciatura) – Noturno Geografia (Bacharelado / Licenciatura) – Diurno
253	Química (Licenciatura) – Noturno Química Tecnológica (Bacharelado) – Diurno
326	Arquivologia (Bacharelado) – Noturno Geofísica (Bacharelado) – Diurno Química Tecnológica (Bacharelado) – Diurno
448	Turismo (Bacharelado) – Diurno Biblioteconomia (Bacharelado) – Diurno Língua Estrangeira Aplicada - Multilinguismo e Sociedade da Informação (Bacharelado) – Diurno
507	Língua e Literatura Japonesa (Licenciatura) – Noturno Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Licenciatura) – Noturno
604	Filosofia (Licenciatura) – Noturno Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (Licenciatura) – Noturno
624	Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (Licenciatura) – Diurno Artes Visuais (Licenciatura) – Diurno

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa “Percepção dos discentes da UnB sobre cursos que possuem baixa atratividade”.

Considerando que a pesquisa foi realizada em situação de anonimato, não é possível a confrontação dos respondentes. Porém, a indicação de mais de um curso pode ter sido causada por diferentes razões, por exemplo, existe a possibilidade de que tenha havido uma falha involuntária. Independentemente do motivo, a constatação de vinculação de um estudante em mais de um curso, não afetará o resultado final do presente trabalho, uma vez que representa um percentual muito pequeno das respostas (equivalente a 1,38%).

Voltando a análise da Tabela 2, é possível observar que os cursos pertencem a diferentes áreas de conhecimento, que houve paridade no número de respondentes de cursos de bacharelado e licenciatura, tanto no período diurno como noturno, bem como que existem números suficientes de respostas para todas as faixas de ocupação inicial das vagas. Esses fatores sugerem que nossa amostra é bem representativa.

Verifica-se que os 10 primeiros cursos são responsáveis por mais da metade das respostas (55,92%), sendo todos eles lecionados no campus Darcy Ribeiro e nenhum deles estando com ocupação inicial das vagas abaixo de 30%. Os 8 cursos que não participaram ou tiveram participação abaixo do esperado representam apenas 1,38% das respostas, sendo 1 de Ceilândia (com 30% a < 50% de aproveitamento das vagas iniciais) e 2 de Planaltina (com menos de 30% de aproveitamento das vagas iniciais).

Os demais 22 cursos são responsáveis pelos 43,34% faltantes, estando mais da metade (13 deles) na faixa de 30% a < 50% de ocupação inicial das vagas.

Infelizmente, dentre os 5 cursos com participação bastante baixa, 2 deles encontram-se na faixa abaixo de 30% de aproveitamento. No entanto, não se pode inferir, nesse momento, nenhuma relação entre a não participação voluntária com os fatores associados à baixa ocupação das vagas.

Quanto ao perfil dos respondentes, em simples conferência dos resultados automáticos do *forms* observou-se inicialmente predominância de estudantes do sexo feminino (56%), seguidos por estudantes do sexo masculino (41%), com maior concentração na faixa etária entre 18 e 25 anos (48%). Em relação à renda familiar, a maior parcela dos respondentes declarou renda entre 1 e 3 salários mínimos (35%), seguida pelas faixas entre 4 e 6 salários mínimos (21%) e acima de 10 salários mínimos (17%).

No que se refere à autodeclaração como pessoa com deficiência (PcD), conforme os parâmetros da Lei Brasileira de Inclusão, 89,8% dos respondentes informaram não se declarar PcD. Entre os estudantes que se autodeclararam PcD, foram mencionados impedimentos de natureza sensorial (3,9%), física (3,4%), mental (3,1%) e intelectual (0,8%).

Em relação à autodeclaração racial dos respondentes, conforme as categorias oficiais do IBGE, 53,6% declararam-se brancos, 34,1% pardos, 10,9% pretos, 0,8% amarelos e 0,6% indígenas. Esses resultados indicam predominância de estudantes autodeclarados brancos na amostra, seguidos por estudantes pardos e pretos.

Sobre às condições de permanência na universidade, 63% dos estudantes informaram que necessitam trabalhar durante os estudos, enquanto 37% declararam não precisar trabalhar. Além disso, 79% dos respondentes indicaram não receber qualquer tipo de auxílio institucional, enquanto 21% relataram receber bolsas ou auxílios vinculados à assistência estudantil, pesquisa ou outras modalidades de apoio.

Quanto às formas de ingresso nos cursos de graduação, observou-se predominância do ENEM/Acesso UnB (45%), seguido pelo Programa de Avaliação Seriada – PAS (22%) e pelo vestibular tradicional (19%), havendo também registros de ingresso por editais específicos (como os de vagas remanescentes e 60+), mudança de curso ou dupla diplomação, entre outras.

Em relação às políticas de ação afirmativa, 65% dos respondentes ingressaram pelo sistema universal, enquanto 35% ingressaram por alguma modalidade de reserva de vagas.

O resultado do questionário *forms* é reportado em *Excel* e permite a manipulação e cruzamento de dados, assim, foi possível chegarmos a algumas conclusões:

- 221 estudantes declararam possuir renda familiar até 3 salários mínimos (s.m.) e necessitar trabalhar durante os estudos para se sustentar, entretanto, desses apenas 68 recebem algum tipo de apoio institucional, tendo sido o auxílio alimentação o mais declarado (33), seguido de bolsa pesquisa ou estágio (22), auxílio digital ou livro (7) e, por último, o auxílio socioeconômico (apenas 6);
- Dos 221 estudantes, que declararam possuir renda familiar até 3 s.m. e necessitar trabalhar durante os estudos para se sustentar, 122 são PPI (36 pretos, 83 pardos, 4 indígenas);
- Dos 221 estudantes, que declararam possuir renda familiar até 3 s.m. e necessitar trabalhar durante os estudos para se sustentar, 22 são PcDs (9 com restrição intelectual/mental, por vezes, sensorial; 7 com restrição de mobilidade física; e 5 com restrição sensorial); e
- Dos 221 estudantes, que declararam possuir renda familiar até 3 s.m. e necessitar trabalhar durante os estudos para se sustentar, 109 (73 mulheres e 36 homens) são responsáveis pelo apoio financeiro, emocional ou físico de outra pessoa.

Para uma análise a possível existência de diferenças relacionadas a gênero, foi construída a Tabela 4, que separa o perfil dos estudantes, que participaram da pesquisa respondendo ao questionário, por sexo feminino e masculino.

Em princípio, não foi possível identificar uma diferença significativa percentual entre os dados dos dois gêneros em razão de idade, estado civil, raça, forma de ingresso, utilização de política afirmativa, necessidade de trabalho e recebimento de apoio financeiro. A ausência de apoio financeiro para ambos é elevada, porém chama atenção o fato de que o auxílio socioeconômico, que é o apoio financeiro concedido em caso de vulnerabilidade social, é mais concedido para as mulheres (6,86%) do que para os homens (0,37%) e que o percentual da renda familiar feminina de até 1 s.m. (13,73%) supera bastante ao masculino (7,86%).

Tabela 4 – Perfil dos Respondentes									
Identificação	Idade	Autodeclaração (IBGE)	Forma de ingresso	Política Afirmativa	Renda familiar	Precisa trabalhar	Recebe apoio financeiro	Realiza apoio a outra pessoa	Estado Civil
Feminino 364 (56%)	< 18 = 2 18 a 25 = 194 (53,29%) 26 a 35 = 84 (10,16%) 36 a 45 = 26 (32,41%) 46 a 60 = 27 > 61 = 31	Branca = 204 (56,04%) Preta = 37 (10,16%) Parda = 118 (32,41%) Amarela = 0 Indígena = 2	Vestibular = 62 PAS = 75 ENEM = 153 (42,03%) 60+ = 24 Vagas remanescentes = 15 Duplo diploma = 29 Outros = 6	Sim: PPI = 49 EP = 64 PcD = 2 +60 = 19 Não = 230 (63,18%)	< 1 s.m. = 50 (13,73%) 1 a 3 s.m. = 131 (35,98%) 4 a 6 s.m. = 74 (20,32%) 6 a 10 s.m. = 57 (15,65%) > 10 s.m. = 52 (14,28%)	Sim = 223 (61,26%) Não = 141 (38,73%)	Sim ^[1] (23,36%): Bolsa de Pesquisa = 19 Bolsa estágio = 24 Auxílio Alimentação = 26 Auxílio Socioeconômico = 25 (6,86%) Auxílio inclusão digital = 4 Outros = 6 Não = 279 (76,64%)	Sim = 159 (43,68%) Não = 205 (56,31%)	Solteira = 277 (76,09%) Casada = 53 (14,56%) Outro = 34

Masculino 267 (41%)	< 18 = 0 18 a 25 = 108 (40,44%) 26 a 35 = 66 36 a 45 = 28 46 a 60 = 33 > 61 = 32	Branco = 133 (49,81%) Preto = 30 (11,23%) Pardo = 100 (37,45%) Amarelo = 2 Indígena = 2	Vestibular = 48 PAS = 47 ENEM = 113 (42,32%) 60+ = 23 Vagas remanescentes = 15 Duplo diploma = 14 Outros = 7	Sim: PPI = 33 EP = 25 PeD = 3 +60 = 25 Não = 181 (67,79%)	< 1 s.m. = 21 (7,86%) 1 a 3 s.m. = 86 (32,20%) 4 a 6 s.m. = 54 (20,22%) 6 a 10 s.m. = 47 (17,60%) > 10 s.m. = 59 (22,09%)	Sim = 175 (65,54%) Não = 92 (34,45%)	Sim (19,11%): Bolsa de Pesquisa = 18 Bolsa estágio = 8 Auxílio Alimentação = 21 Auxílio Socioeconômico = 1 (0,37%) Auxílio inclusão digital = 1 Outros = 2 Não = 216 (80,89%)	Sim = 119 (44,56%) Não = 148 (55,43%)	Solteiro = 190 (71,16%) Casado = 64 (23,97%) Outro = 13
Outros 17 (3%)									

Alguns estudantes declararam receber mais de um apoio financeiro ao mesmo tempo.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa “Percepção dos discentes da UnB sobre cursos que possuem baixa atratividade”.

Adicionalmente, os estudantes foram questionados acerca da existência de ações institucionais voltadas ao enfrentamento da baixa ocupação de vagas. Nesse aspecto, 75% dos respondentes afirmaram não ter conhecimento de iniciativas institucionais, enquanto 16% indicaram ter conhecimento da existência de ações e 9% afirmaram que tais ações não existem.

A pesquisa também buscou identificar a percepção dos estudantes acerca dos fatores que podem contribuir para a baixa procura por determinados cursos de graduação na UnB. Assim, o questionário contou com uma questão objetiva composta de sugestões, a fim de que os estudantes pudessem apontar aquelas que consideravam mais e menos relevantes, classificando-as conforme a gradação de possibilidade: inexistente, baixa, razoável e extrema. A Tabela 5, a seguir, traz os fatores sugeridos:

Tabela 5 – Fatores sugeridos como possíveis causas para a baixa procura dos cursos	
Fatores sugeridos	Descrição
Forma de ingresso:	A forma de ingresso no curso pode dificultar o preenchimento de vagas.
Infraestrutura do curso:	A infraestrutura do curso pode fazer com que os discentes procurem outro curso ou outra instituição de ensino.
Localização e horário do curso	A localização e horário do curso pode dificultar o acompanhamento das aulas.
Desmotivação com as atividades acadêmicas:	O cansaço físico e mental, problemas de saúde, questões emocionais e a influência de tecnologias de entretenimento podem desmotivar o estudante em sala de aula.
Qualidade e metodologia de ensino:	A falta de professores qualificados, carência de material didático e uma estrutura física e pedagógica deficiente tornam o ambiente de aprendizagem pouco estimulante.
Falta de identificação ou dúvidas sobre a escolha do curso:	O desinteresse pelo curso pode surgir quando o aluno percebe que a área não corresponde às suas expectativas ou aptidões, muitas vezes por falta de orientação vocacional prévia.
Perspectivas de mercado de trabalho e prestígio:	A percepção de que o curso oferece poucas oportunidades de emprego ou salários baixos no futuro desmotiva muitos alunos. Além disso, o prestígio social de determinados cursos também influencia a procura.
Dificuldades financeiras:	Muitos estudantes de baixa renda enfrentam barreiras financeiras para ingressar e, principalmente, permanecer na universidade, precisando conciliar estudos e trabalho, o que pode levar ao trancamento ou abandono do curso.
Logística:	A distância do campus em relação à sua residência, localização do campus em área rural, dificuldade de transporte, incompatibilidade do local de estudo com a rotina familiar.
Ausência de apoio familiar:	Conflitos familiares, instabilidade emocional e a falta de incentivo dos pais ou responsáveis podem impactar negativamente a dedicação e o compromisso do aluno com o curso.
Ausência de apoio institucional:	A restrição orçamentária não possibilita o oferecimento de auxílio para todos os estudantes que necessitam.
Alta demanda de atividades acadêmicas:	A dificuldade em gerenciar o tempo diante de muitas matérias, trabalhos e atividades extras pode sobrecarregar o estudante e prejudicar seu desempenho.
Aumento dos postos de trabalho por contrato informal e desvalorização do título universitário em uma colocação no mercado:	O aumento dos trabalhos sem carteira assinada e sem fiscalização de entidade de classe tornaram menos visíveis as conexões entre a formação acadêmica e a ocupação no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Após a apuração das 645 respostas da questão de probabilidade de fatores, o computo dos dados obtidos foi consolidado na Tabela 6, a seguir exposta.

Tabela 6 – Fatores percebidos pelos estudantes como associados à baixa demanda de candidatos dos cursos

Categorias	Fatores identificados	Respondentes*	% do fatores
Mercado de trabalho	Perspectivas de mercado de trabalho e prestígio da profissão	622	96,4%
	Desvalorização do diploma e aumento do trabalho informal	616	95,5%
Escolha profissional	Falta de identificação ou dúvidas sobre a escolha do curso	623	96,6%
Condições socioeconômicas	Dificuldades financeiras para ingressar ou permanecer no curso	634	98,3%
	Ausência de apoio institucional	625	96,9%
Logística e localização	Distância do campus, transporte ou incompatibilidade de horários	627	97,2%
	Localização e horário do curso	600	93,0%
Aspectos acadêmicos	Desmotivação com atividades acadêmicas	621	96,3%
	Alta demanda de atividades acadêmicas	612	94,9%
	Qualidade e metodologia de ensino	534	82,8%
Infraestrutura e acesso	Infraestrutura do curso	577	89,5%
	Forma de ingresso no curso	515	79,8%
Ambiente familiar	Ausência de apoio familiar	621	96,3%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

* A pesquisa contou com 645 respondentes, sendo permitido que cada participante assinalasse mais de um fator. Para fins de apresentação neste quadro, foram consideradas apenas as respostas que indicaram o fator como relevante (possibilidade baixa, razoável, grande ou extrema).

Conforme apresentado na Tabela 5, verifica-se que os cinco fatores mais frequentemente mencionados pelos estudantes foram:

- dificuldades financeiras para ingressar ou permanecer no curso (98,3%);

- distância do campus ou dificuldades de transporte (97,2%);
- ausência de apoio institucional (96,9%);
- falta de identificação ou dúvidas sobre a escolha do curso (96,6%); e
- perspectivas de mercado de trabalho e prestígio da profissão (96,4%).

Dessa forma, conclui-se que, na percepção dos estudantes participantes, a baixa atratividade de determinados cursos de graduação está associada principalmente a fatores de natureza socioeconômica, logística e vocacional, bem como a perspectivas relacionadas ao mercado de trabalho.

Para análise das 3 questões abertas realizadas aos discentes, foi utilizada a técnica de análise bibliométrica. Essa técnica consiste em mapear e selecionar palavras chaves que são ditas e repetidas para depois qualificar e selecionar.

Durante o trabalho de mapeamento notou-se que os estudantes repetiam muitas vezes os fatores da Tabela 4, que já tinham sido considerados na questão objetiva. Em virtude disso, optou-se por descartar e não considerar as repetições de fatores. Apenas novas causas e sugestões foram selecionadas, quantificadas e qualificadas.

Observou-se também que os discentes confundiam muitas vezes o assunto da baixa atratividade do curso, que se refere a sobra de vagas para ingressantes, com a evasão, que se trata do abandono posterior do curso pelo aluno. Assim, todas as respostas em que foi identificada essa confusão foram desconsideradas.

Dessa forma, restaram analisadas 185 respostas, das quais 85% dos estudantes afirmaram que o motivo do curso ser pouco conhecido era uma outra razão para a baixa atratividade. Além dessa, foram apontadas: a necessidade de aprimoramento do currículo do curso (por 24 estudantes); a obrigatoriedade da demonstração de habilidades específicas já na seleção e bem no início do curso (10); e a má fama ou descredibilidade do curso (3).

Embora os alunos tenham argumentado sobre a causa indicada já em suas respostas à questão nº 14^[1] do questionário, a sugestão oferecida por eles na questão nº 16^[2], sobre como poderiam ser preenchidas as vagas ociosas de seus cursos e a resposta dada na última questão nº 17^[3], em que lhes foi possibilitado um comentário adicional, ofereceram um melhor entendimento sobre suas percepções, que tentamos apresentar de forma compilada nos próximos tópicos.

[1] Qual(is) outra(s) causa(s) você considera que contribui(em) para a baixa demanda de candidatos do seu curso?

[2] Você tem alguma sugestão que possa para contribuir a nível institucional com o preenchimento das vagas ociosas?

[3] Você gostaria de fazer mais algum comentário?

Têm-se que dos 642 estudantes participantes: 288 não ofereceram sugestões ou ofereceram sugestão de solução que ultrapassa a competência da Universidade; a grande maioria sugeriu ampliar a divulgação do curso; e os demais, propuseram facilitar o ingresso ao estudante de fora e de dentro da UnB; atualizar o currículo; disponibilizar apoio institucional; ofertar disciplinas em um turno específico; melhorar a qualidade da metodologia de ensino e a infraestrutura; e, por fim, disponibilizar o curso ou disciplinas em outros *campi*.

É importante informar que não foram poucos os estudantes que sugeriram o oferecimento por parte do curso de disciplinas não presenciais ou semi-presenciais, como forma de aumentar a atratividade de seus cursos, entretanto, considerando a impossibilidade jurídica de atendimento dessa sugestão por parte da UnB, ela foi descartada.

A Tabela 7, a seguir, traz de forma simplificada as sugestões viáveis apresentadas pelos estudantes.

Tabela 7 – Sugestões dos respondentes	
Sugestões	Respondentes - percentual (%)
Ampliar a divulgação	188 – 65,27%
Facilitar o ingresso ao estudante de fora e de dentro da UnB	58 – 20,13%
Atualizar o currículo	46 – 15,97%
Disponibilizar apoio institucional	37 – 12,84%
Ofertar disciplinas em um turno específico	33 – 11,45%
Melhorar a qualidade da metodologia de ensino e a infraestrutura	30 – 10,41%
Disponibilizar o curso ou disciplinas em outros <i>campi</i> .	4 – 1,38%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário.

Os próximos tópicos buscam apresentar uma melhor compreensão da intenção dos estudantes com cada uma de suas sugestões.

- Ampliar a divulgação dos cursos de baixa atratividade**

Essa sugestão foi de longe a mais indicada a contribuir com o preenchimento das vagas ociosas. Porém, ela apresentou diferentes variações de público, meio e razão para realizar essa divulgação.

Muitos cursos foram apontados pelos discentes como novos, ou seja, sem longa tradição na UnB e, que, assim, seriam desconhecidos por estudantes do ensino médio e por estudantes de outros cursos da própria universidade. Diante disso, esses cursos precisariam ser apresentados à sociedade em geral, e, por vezes, aos órgãos públicos, que desconhecem a importância de determinadas profissões.

Os alunos comentam que a descrição atual de alguns cursos não é suficiente para a compreensão imediata sobre quais serão os conteúdos abordados ao longo dos anos, quais serão as disciplinas ofertadas, quais serão as possibilidades de empregabilidade futura, entre outras questões que são importantes para os vestibulandos na hora da escolha do curso.

A UnB teria então a missão de ampliar a divulgação desses cursos em seus canais de comunicação (por meio de documentários, vídeos, *reels*, *posts*, etc) e na imprensa local (Metrópoles, Correio Brasiliense, entre outros), além de promovê-los em feiras e mostras de cursos itinerantes, rodas de conversa, eventos e congressos acadêmicos. Segundo o entendimento dos discentes, a nossa instituição poderia ainda articular visita às empresas (como as de Agronegócio e de Indústria Química) e instituições públicas (como o Arquivo Público e o Instituto Histórico-Geográfico) a fim de que conheçam os cursos e sejam incentivados a promover parcerias de estágios, projetos de extensão e outras formas de cooperação.

Para ampliar a divulgação ao público do ensino médio, foi sugerida uma linguagem mais informal nos meios de comunicação e a criação de parcerias com escolas públicas e privadas para realização de palestras, oficinas formativas, visitas em feira de profissões na UnB, bem como utilização espaço da universidade para uso e aprendizagem de jovens, com aulas experimentais ou introdutórias que demonstrariam a estrutura dos cursos, os seus objetivos e possibilidades para o futuro (dentro e fora do mercado de trabalho). No caso de acolhimento da última sugestão, mencionou-se que seria necessário que a UnB oferecesse a infraestrutura, como a disponibilização de salas, laboratórios e transporte (ida e volta) para os vestibulandos.

Em relação a divulgação dos cursos de licenciatura em letras e línguas estrangeiras, para o público do ensino médio, foi sugerida a criação de projetos de extensão para ensino em cursinhos e escolas da periferia e entorno. Algumas respostas salientaram que o curso de língua e literatura japonesa exige que os ingressantes tenham um bom conhecimento prévio para que consigam acompanhar o curso. Assim, a sugestão servia tanto para divulgar a existência e criar interesse no curso, como para preparar e facilitar o futuro ingresso. Com o mesmo intuito de divulgação, um aluno do Departamento de Letras sugeriu a criação de Olimpíadas de Português e de Redação.

Houve um discente que sugeriu a criação de programas junto à UnBTV, sobre cada um dos 40 cursos, para apresentá-los, esclarecer eventuais dúvidas e possíveis más interpretações, bem como convidar egressos e professores para falarem de oportunidades de atuação no mercado de trabalho.

Outro estudante sugeriu a elaboração de material publicitário impresso, contendo o conteúdo acadêmico e possíveis áreas de atuação profissional, a ser distribuído em locais estratégicos, como bibliotecas, museus, galerias de arte, centros culturais e outros.

Para ampliar a divulgação do curso na própria sociedade acadêmica, foi sugerida a apresentação obrigatória do curso em projetos de extensão, maior estímulo e apoio à criação de parcerias com outros cursos de fora e de dentro da Universidade, bem como financiamento para participação em eventos e congressos nacionais e internacionais.

Por fim, a importância do papel da UnB, junto à órgãos públicos e entidades de classe, no sentido de, não somente divulgar a qualidade dos seus cursos, mas também de destacar o valor da função dos egressos na sociedade e a necessidade de melhorar a regulamentação da profissão (a fim de possibilitar a emissão de carteira profissional e implantação de piso salarial), foi bastante mencionada nas respostas dos discentes.

Resumo da sugestão: criar melhores formas de divulgação dos cursos de baixa atratividade para torná-los mais visíveis dentro e fora da UnB.

- Facilitar o ingresso ao estudante de fora e de dentro da UnB nos cursos de baixa atratividade**

A segunda sugestão mais mencionada pelos discentes foi a de facilitar o acesso aos alunos de fora da instituição e aos da própria UnB.

Além da divulgação do curso, segundo os estudantes, as formas de ingresso também precisam ser amplamente publicizadas, com o uso de canais mais assertivos e intuitivos e que, se possível, possibilitem comunicação com os candidatos. Os estudantes mencionam ser preciso que as formas de ingresso já existentes sejam de conhecimento de todos e que sejam também facilitadas novas formas de ingresso.

Os discentes sugeriram facilitar o acesso de egressos de licenciatura em bacharelados do mesmo curso, de diplomados à uma segunda graduação sem necessidade de novo vestibular ou outro processo seletivo tradicionalmente aplicado, ou, ainda, com a retomada dos editais de Portador de Diploma de Curso Superior e de Transferência. Nesse mesmo sentido, um aluno reivindicou a disponibilização das vagas remanescentes aos alunos pertencentes ao Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da Diretoria de Acessibilidade (DACE-UnB), sem necessidade de abertura de edital semestral. Outro aluno, sugeriu ainda a ampliação da possibilidade de dupla graduação, analisando compatibilidades entre cursos e disponibilizando ao já estudante da UnB matricular-se também em um curso com vaga remanescente.

A maioria dos respondentes entende que o mais adequado seria a realização de um processo seletivo simplificado para ocupação das vagas remanescentes, como já ocorre com o programa 60+, com ampla divulgação e celeridade. Os alunos acreditam que haverá maior participação se o edital for lançado logo após a soltura do resultado das seleções tradicionais (PAS, SISU, ENEM e vestibular) e, se possível, antes mesmo do início das matrículas. Esse novo edital poderia prever diferentes critérios de seleção, como: ordem de inscrição, utilização da nota de seleções tradicionais dos anos anteriores ou prova simplificada.

O retorno de adesão ao SISU foi mencionado por alguns alunos também, como forma de ocupar as vagas ociosas, uma vez que esse sistema, assim como o PAS, supostamente permite a alteração de curso a qualquer momento por parte do candidato.

Um estudante do curso de Música, sugeriu a criação de um programa de extensão que auxiliasse os alunos de ensino médio do DF a se prepararem para a seleção de ingresso na UnB. Ele apontou que existe já existe uma experiência semelhante de cursinho preparatório na UFMG.

Alguns alunos sugeriram que o programa 60+ fosse alterado para 50+, 40+ e até 25+.

Resumo da sugestão: divulgar melhor todas as formas de ingresso na UnB, bem como criar novas formas de ingresso para os cursos de baixa atratividade.

- **Atualizar o currículo dos cursos de baixa atratividade**

A preocupação dos discentes quando à atualização do currículo dos cursos é apontada tanto em cursos novos como em cursos mais antigos.

Um aluno do curso de bacharelado em Ciências Ambientais sugeriu a revisão do plano de ensino/matriz curricular de seu curso alegando ser o mesmo desde 2014.

A depender do curso, houve diferentes sugestões de atualização do currículo.

Um estudante do curso bacharelado em Teoria, Crítica e História da Arte sugeriu a possibilidade de licenciatura como forma de aumentar a demanda por seu curso e outro estudante do mesmo curso sugeriu uma reformulação nas matérias do início do curso, informando haver poucas matérias introdutórias.

Muitos indicaram que a realização de aulas magnas ou introdutórias já no começo do semestre seriam de extrema importância para ajustar expectativas e apresentar as matérias que seriam abordadas ao longo do curso.

Diferentes cursos de Letras – Tradução apontaram a expectativa de inclusão de tecnologias mais atuais para evitar a obsolescência do cerne do curso, tendo em vista os impactos causados pela inteligência artificial (IA) na carreira dos tradutores.

Além de IA, também foram demonstradas preocupações de aprofundamento em outras temáticas atuais, como sustentabilidade, tecnologia, meio ambiente, combustível, farmacêutica, etc. Assim, foi sugerido melhorar a carga horária de disciplinas específicas e dar a elas maior integração e proximidade prática com as atividades fins, com estudo de campo quando possível, bem como diminuir o número de optativas, as quais consideram desconectadas às novas demandas e dinâmicas de trabalho.

Os estudantes acreditam que a matriz curricular deve ser revisada e adaptada, com a finalidade de possibilitar a mobilidade acadêmica entre cursos, a flexibilização curricular com aproveitamento de conhecimentos já adquiridos e a ampliação de opções de atuação dos futuros profissionais. Sem prejuízo a base acadêmica, os alunos sugerem adequar a estrutura curricular e ofertar disciplinas mais específicas e práticas com foco mais aplicado a habilitar os discentes às exigências do mercado de trabalho atual.

Nesse sentido, um aluno do curso de bacharelado em Gestão Ambiental da Faculdade de Planaltina sugeriu a integração por meio de disciplinas optativas com cursos do Instituto Federal de Brasília, que é uma instituição mais profissionalizante.

Para o curso de Física, foi sugerida a criação de uma Área Básica de Ingresso (ABI), da mesma forma que supostamente ocorreu recentemente na Faculdade de Educação Física. De acordo com o aluno, isso faria com que todos os estudantes ingressassem em uma espécie de "tronco comum" e depois escolhessem entre o bacharelado ou licenciatura ou até mesmo a dupla diplomação.

Outra sugestão de integração entre cursos, foi entre o curso de Geofísica e áreas de Análise de Dados e Programação. Segundo o aluno, nessa abordagem, o egresso seria formado não apenas para a geofísica tradicional, mas também com competência sólida em análise de dados aplicada, capaz de lidar com grandes volumes de dados geofísicos, modelagem, visualização e automação de processos. Essa integração ampliaria significativamente a empregabilidade do formando e reposicionaria o perfil do egresso em sintonia com as transformações tecnológicas e as demandas atuais do mercado, sem descaracterizar a identidade do curso. Entretanto, enfatizou que, para que essa estratégia funcione como diferencial real, seria essencial que o departamento contasse com docentes próprios com atuação integrada em geofísica e dados, pois, segundo ele, a simples utilização de disciplinas isoladas de outros departamentos tenderia a gerar uma formação fragmentada e pouco contextualizada às aplicações geofísicas.

Em que pese muitos alunos afirmarem a necessidade de o currículo ser mais específico, um aluno do curso de licenciatura noturno em Matemática sugeriu um currículo mais generalista, que traria maior possibilidade de integração entre cursos, de atuação com o ensino fora de instituições tradicionais e também atrelado à ciência da computação.

Um aluno de Teoria, Crítica e História da Arte afirma que o currículo do curso precisa ser adequado ao que os professores já estão fazendo, ou seja, conectando pontos da História das Artes a partir de temáticas, comportamentos, eventos convergentes e não mais a lógica cronológica de ensino. Afirma que os conteúdos do currículo foram na prática atualizados e precisam ser formalizados no plano de ensino.

Segundo um aluno de licenciatura em Língua Literatura Portuguesa, seu curso poderia priorizar mais o estudo de gramática e de aulas práticas, com conteúdo mais eficaz para a realidade do professor na sala de aula dos dias atuais. Já os discentes de licenciatura em Língua e Literatura Japonesa solicitam o aumento de matérias para tradução ou bacharelado com foco específico na língua e cultura japonesa e de matérias que possam lhes dar novas perspectivas para quando finalizarem o curso.

Um estudante do curso de Turismo apontou ser importante a remoção de matérias que não envolvem o seu curso diretamente, como cálculo que estaria sendo oferecido sem qualquer contextualização.

Ao mesmo tempo que os alunos reclamam de disciplinas genéricas que aparentemente não foram pensadas para a realidade do curso específico, também almejam a inclusão de disciplinas práticas, incluindo no currículo estágio obrigatórios a serem realizados por parceria da UnB com instituições públicas e privadas.

Alunos de cursos diferentes sugeriram a alteração do próprio nome do curso, segundo eles, para que se tornassem mais condizentes com a realidade. Foi sugerida a mudança do nome do curso Teoria, Crítica e História da Arte para apenas História das Artes e do curso "Química Tecnológica" para "Química Industrial", com a finalidade de se tornar mais intuitivo e despertar mais interesse.

Por fim, considerando as novas formas de ingressos nos cursos, um estudante 60+ sugeriu ajustes de carga horária e de disciplinas que visassem incluir a vivência desses discentes na rotina do curso.

Resumo da sugestão: atualizar o currículo dos cursos a fim de torná-los mais atrativos e acessíveis.

- **Disponibilizar apoio institucional aos cursos de baixa atratividade**

Muitos discentes não possuem um suporte familiar suficiente para mantê-lo somente estudando durante todo o período do curso. Assim, acabam sendo preteridos os cursos em que há dificuldade de se conseguir estágio, em que os horários das aulas impedem a realização de um trabalho fixo e para os quais não são disponibilizadas muitas bolsas de estudo e pesquisa.

Nesse sentido, os estudantes entendem que um maior apoio institucional seria essencial para manter a atratividade do curso e sugerem algumas possibilidades: a) que haja uma maior divulgação sobre os programas de assistência estudantil já existentes e seja dada maior celeridade no processo de concessão; b) que haja fortalecimento de políticas para garantir o acesso dos alunos de cursos de baixa atratividade aos programas de assistência, bem como aumentar a disponibilidade de vagas; c) que seja elaborado um programa de estágio dentro da própria UnB ou com instituições parceiras a fim de garantir renda aos estudantes de cursos menos atrativos, dando-lhes prioridade ou cotas sobre os demais; d) que sejam cooptados e oferecidos mais projetos de extensão com bolsas de estudos para esses cursos; e) que sejam realizadas mais parcerias com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio conjuntamente com o recebimento de auxílio financeiro; f) que sejam fornecidas gratuitamente mais horas aulas de línguas especialmente aos cursos de letras e línguas estrangeiras; g) e, por fim, que seja desenvolvido um sistema interno de acolhimento emocional e intelectual, bem como de orientação aos diversos tipos de estudantes, que considere suas especificidades, e saiba orientar para as possibilidades que a Universidade oferece.

Resumo da sugestão: elaborar um plano de atividades para disponibilizar um maior apoio institucional aos alunos dos cursos de baixa atratividade, considerando suas especificidades e necessidades.

- **Ofertar disciplinas em um turno específico para os cursos de baixa atratividade**

Muitos estudantes acreditam que oferecer as disciplinas sempre no mesmo turno (matutino, vespertino ou noturno) facilita a organização pessoal para a realização de outras atividades, especialmente para o trabalho.

Segundo eles, a previsibilidade do turno em que as disciplinas obrigatórias ou optativas serão ministradas influencia a decisão do vestibulando na hora da escolha do curso a ser realizado.

Em que pese haver nas respostas diferentes turnos de preferência dos alunos para estudo, sendo o principal o noturno, analisando o conjunto das sugestões é possível perceber que o problema de adaptação ao horário é coletivo e perpassa quase todos os cursos. A inconstância nos horários (por vezes de manhã, tarde ou noite) e dias (inclusive aos sábados) das aulas prejudica a vida acadêmica, familiar e a manutenção financeira do estudante.

Os discentes relatam não conseguir realizar determinadas disciplinas, que precisam ou gostariam, por conta da incompatibilidade do horário com tarefas pessoais ou profissionais não reagendáveis, sendo que a grade horária acadêmica semestral muda constantemente impossibilitando um planejamento prévio.

Resumo da sugestão: alterar as grades horárias a fim de possibilitar a oferta das disciplinas em um único turno e torná-las mais previsíveis aos alunos.

- **Melhorar a qualidade da metodologia de ensino e a infraestrutura dos cursos de baixa atratividade**

Esse tópico contempla basicamente comentários por mais investimento e valorização do curso. Os discentes acreditam que o reconhecimento da qualidade do curso resultará na melhora da imagem do curso e, consequentemente, na sua maior atratividade.

Segundo os estudantes, faltam recursos físicos e humanos. Eles relatam que as salas de aulas e os laboratórios não são adequados, falta conservação dos espaços e acervos já existentes, o número de professores concursados é insuficiente sendo utilizados muitos temporários com qualidade não comprovada, a didática dos professores é ultrapassada e não considera as especificidades do curso e dos alunos.

Um estudante de Museologia aponta a falta de um laboratório específico ao seu curso, por isso entende ser impossível a realização de aulas mais práticas e com material e estrutura apropriados. Segundo ele, os recursos para as matérias de exposição (Museologia e Comunicação 3 e Museologia e Comunicação 4) se encontram em situação precária e já teriam causado acidentes em obras museológicas e em estudantes. Ele afirma faltar também secretários administrativos, o que causaria sobrecarga no coordenador e nos professores do curso.

Um aluno do curso de Música informou que, embora o curso não seja propriamente considerado forte pelos estudantes, é sempre bem avaliado por eles para que não percam bolsas da CAPES. O aluno afirma que, em muitos aspectos, a Escola de Música de Brasília, que oferece curso técnico, é mais forte que a graduação em música na UnB. Ainda segundo ele, lá tem orquestra e recitais obrigatórios a cada fim de semestre, as regras para uso de salas e auditórios são claras e os pianos afinados.

Alunos 60+ reclamam da necessidade de se fazer adaptações físicas na estrutura da universidade, para dar mais acessibilidade e segurança no acesso de pessoas com maior idade às salas de aula e espaços de convivência, sugerem, assim, a colocação de rampas, corrimões, banheiros para PcD, armários novos e espaço para refeições. Com relação ao material didático, foi requerida a compra e disponibilização na Biblioteca Central da UnB de livros sobre Turismo e temas relacionados.

Resumo da sugestão: investir na melhoria da infraestrutura e na qualidade do ensino, com a criação ou melhoria da estrutura de laboratórios, aquisição e disponibilização de material de ensino, adequação dos espaços garantindo a acessibilidade universal, contratação de mais professores e capacitação dos atuais professores nos temas específicos dos cursos aos quais fazem parte e das disciplinas que são oferecidas.

- **Disponibilizar o curso de baixa atratividade ou suas disciplinas em outros campi**

Ainda sobre a oferta de vagas, houve quatro estudantes que sugeriram a disponibilização do curso e/ou das suas disciplinas em outro campus, que já contenha áreas próximas, como forma de facilitar o ingresso e acesso a novos estudantes. Essa sugestão adveio de estudantes matriculados no campus Darcy Ribeiro, referindo-se a oferta para alunos dos demais *campi* da UnB.

Resumo da sugestão: disponibilização do curso e/ou das suas disciplinas em outro campus.

Conclui-se que a percepção dos estudantes apresenta convergência com os fatores indicados pelo DEG na Informação 03, especialmente quanto à necessidade de aprimorar a divulgação institucional, revisar os projetos pedagógicos dos cursos e fortalecer as ações de permanência. Os resultados da pesquisa evidenciam que parte relevante das oportunidades de melhoria apontadas pelo Decanato encontra correspondência na percepção discente. Assim, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre as causas associadas à baixa atratividade.

2.5. **INFORMAÇÃO 05 - Boas práticas relacionadas à gestão da ocupação de vagas e à política de ingresso**

2.5.1. **Descrição sumária**

No tocante à existência de boas práticas, a unidade informou que adota práticas complementares às já citadas nos tópicos anteriores voltadas ao fortalecimento da gestão acadêmica e à eficiência na ocupação de vagas. Entre elas, mencionou a análise da série histórica de 25 anos do ingresso na graduação da UnB; o lançamento do programa “Vem pra UnB!”, com trilhas virtuais e presenciais, projetos em escolas, produção de *podcast* e uso de redes sociais; a retomada do projeto Interação com o Cebraspe para fortalecimento do PAS; a celebração dos 30 anos do PAS; a instituição da Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Ingressos na Graduação da UnB; alterações nos editais de processos seletivos de 2026, incluindo a previsão de segunda opção de curso no vestibular e redução do número de questões; e o fortalecimento da Mostra de Cursos.

Foram informadas também outras práticas, entre as quais o desenvolvimento de painéis analíticos pela Diretoria de Inovação para o Ensino de Graduação, com indicadores relacionados à ocupação de vagas e mobilidade interna; auditorias semestrais realizadas pela Ouvidoria Acadêmica sobre o cumprimento da Resolução CEPE nº 053/2022; participação em levantamentos de governança e sustentabilidade acadêmica, conforme mencionado no Despacho nº 13292644; gestão integrada com o Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional para consolidação de Relatórios de Autoavaliação e dos Anuários Estatísticos; implementação de políticas afirmativas nos termos da Lei nº 12.711/2012; e divulgação pública de editais, relatórios e resoluções nos portais institucionais.

Assim, constatou-se que o DEG adota práticas voltadas ao acompanhamento do ingresso e ao aprimoramento da gestão da ocupação de vagas, evidenciando a existência de mecanismos institucionais de monitoramento da política de ingresso e da ocupação de vagas.

2.6. **INFORMAÇÃO 06 - Sistemática de Primeira e Segunda Opção de Curso no Vestibular e Análise Comparativa de Resultados**

2.6.1. **Descrição sumária**

Conforme registrado na Informação 05, uma das ações institucionais adotadas com o objetivo de ampliar a eficiência na ocupação das vagas foi a alteração da sistemática do vestibular, com a inclusão da possibilidade de indicação de segunda opção de campus/curso/turno no ato da inscrição.

Nos termos do Edital nº 1 – Vestibular 2026, a pessoa candidata deve indicar obrigatoriamente primeira e segunda opções, sendo a primeira considerada preferencial. A seleção ocorre inicialmente com base na primeira opção e, somente após o esgotamento dessas vagas, as remanescentes podem ser preenchidas por candidatas e candidatos que tenham indicado o curso como segunda opção, observada a ordem de classificação. A segunda opção, portanto, possui caráter subsidiário.

Com o objetivo de examinar os efeitos iniciais da medida, a equipe de auditoria realizou análise comparativa dos resultados da primeira chamada dos vestibulares de 2024, 2025 e 2026, concentrando-se em cursos com ocupação inicial reduzida.

A escolha da amostra se deu porque os cursos selecionados apresentaram, conforme indicado pelo DEG e registrado no Relatório Técnico da CAIS, ocupação inicial inferior a 30% das vagas ofertadas nos exercícios mais recentes, configurando situação crítica de preenchimento e maior risco de ociosidade, o que os torna mais sensíveis à avaliação dos efeitos da nova sistemática de segunda opção.

Foram analisadas as listas oficiais de selecionados e os quantitativos de vagas constantes dos editais de abertura, comparando-se números absolutos e proporções em relação às vagas ofertadas. Para 2026, o total de selecionados foi ainda segregado por primeira e segunda opção, a fim de aferir a contribuição do novo mecanismo. A análise baseou-se exclusivamente em dados oficiais, assegurando rastreabilidade e comparabilidade entre os exercícios.

Inicialmente, apresentam-se os quantitativos de vagas ofertadas nos cursos integrantes da amostra nos exercícios de 2024, 2025 e 2026, com indicação de eventuais variações no período.

Tabela 8 – Vagas Ofertadas por Curso e Ano (Editais de Abertura)

Curso	2024	2025	2026	Observação
Artes Cênicas (Lic.) Noturno	17	17	17	Estável
Ciências Naturais (Lic.) FUP Noturno	20	20	20	Estável
Gestão Ambiental (Bach.) FUP Noturno	20	20	20	Estável
Gestão do Agronegócio (Bach.) FUP Diurno	25	25	25	Estável
Música (Bach.) Diurno	13	13	13	Estável
Música (Lic.) Noturno	13	13	13	Estável

Fonte: Elaboração própria, com base nos Editais nº 1 – Vestibular 2024; nº 1 – Vestibular 2025; e nº 1 – Vestibular 2026.

Na sequência, demonstram-se os números de pessoas selecionadas na primeira chamada em cada exercício analisado, incluindo, para 2026, a discriminação entre primeira e segunda opção de curso.

Tabela 9 – Selecionados na Primeira Chamada

Curso	2024	2025	2026	Opções de curso em 2026
Artes Cênicas (Lic.) Noturno	15	06	10	↳ 1ª Opção: 04 ↳ 2ª Opção: 06
Ciências Naturais (Lic.) FUP Noturno	02	02	07	↳ 1ª Opção: 03 ↳ 2ª Opção: 04
Gestão Ambiental (Bach.) FUP Noturno	01	02	03	↳ 1ª Opção: 00 ↳ 2ª Opção: 03
Gestão do Agronegócio (Bach.) FUP Diurno	03	00	10	↳ 1ª Opção: 05 ↳ 2ª Opção: 05
Música (Bach.) Diurno	04	04	08	↳ 1ª Opção: 07 ↳ 2ª Opção: 01
Música (Lic.) Noturno	04	00	01	↳ 1ª Opção: 01 ↳ 2ª Opção: 00

Fonte: Elaboração própria, com base nos Editais nº 18 – Vestibular 2024; nº 19 – Vestibular 2025; e nº 25 – Vestibular 2026.

A partir desses dados, apresenta-se a taxa de ocupação inicial das vagas, calculada pela relação entre o número de pessoas selecionadas na primeira chamada e o total de vagas ofertadas em cada ano [(número de selecionados ÷ número de vagas ofertadas) × 100], com arredondamento para uma casa decimal.

Tabela 10 – Taxa de Selecionados na Primeira Chamada em Relação às Vagas Ofertadas (%)

Curso	2024 (%)	2025 (%)	2026 – Total (%)	2026 – 1ª Opção (%)	2026 – 2ª Opção (%)
Artes Cênicas (Lic.) Noturno	88,2%	35,3%	58,8%	23,5%	35,3%
Ciências Naturais (Lic.) FUP Noturno	10,0%	10,0%	35,0%	15,0%	20,0%
Gestão Ambiental (Bach.) FUP Noturno	5,0%	10,0%	15,0%	0,0%	15,0%
Gestão do Agronegócio (Bach.) FUP Diurno	12,0%	0,0%	40,0%	20,0%	20,0%
Música (Bach.) Diurno	30,8%	30,8%	61,5%	53,8%	7,7%
Música (Lic.) Noturno	30,8%	0,0%	7,7%	7,7%	0,0%

Fonte: Elaboração própria, com base nos Editais nº 1 – Vestibular 2024; nº 1 – Vestibular 2025; nº 1 – Vestibular 2026; nº 18 – Vestibular 2024; nº 19 – Vestibular 2025; e nº 25 – Vestibular 2026.

A análise comparativa indica que a sistemática de segunda opção contribuiu para ampliar a taxa de selecionados na maioria dos cursos avaliados. Em 2026, observou-se aumento expressivo na taxa de selecionados em relação às vagas ofertadas em Gestão do Agronegócio, que atingiu 40,0%, e em Música (Bacharelado), que alcançou 61,5%. Em Artes Cênicas, a taxa chegou a 58,8%, sendo 35,3% decorrentes da segunda opção. Em Ciências Naturais, a ocupação passou de 10,0% nos anos anteriores para 35,0% em 2026, também com participação relevante da segunda opção (20,0%).

Por outro lado, a medida não foi suficiente para assegurar ocupação satisfatória em todos os cursos. Em Gestão Ambiental, a taxa de 15,0% em 2026 resultou exclusivamente da segunda opção, evidenciando baixa procura como primeira escolha. Em Música (Licenciatura) – Noturno, a ocupação permaneceu reduzida, alcançando apenas 7,7% das vagas ofertadas, sem contribuição da segunda opção, o que indica persistência de baixa demanda mesmo após a alteração da sistemática.

À luz dos dados analisados, conclui-se que a sistemática de primeira e segunda opção implementada no Vestibular 2026 mostrou-se, de forma geral, eficaz como instrumento de política de ingresso voltado à ampliação da ocupação inicial das vagas em cursos com baixa demanda. A segunda opção contribuiu de maneira relevante para elevar a taxa de selecionados em 5 dos 6 cursos examinados, funcionando como mecanismo complementar de aproveitamento de vagas remanescentes e promovendo maior aderência entre oferta e procura. Embora não tenha sido suficiente para reverter integralmente situações estruturais de baixa atratividade em todos os casos, a medida demonstrou impacto positivo e mensurável na maior parte da amostra, indicando adequação da estratégia adotada sob a perspectiva da eficiência na gestão da oferta.

É necessário destacar que a análise foi realizada com base no número absoluto e na taxa de pessoas selecionadas, e não no quantitativo de registros acadêmicos efetivamente realizados. O candidato somente passa à condição de aluno após a efetivação do registro acadêmico.

Não obstante os resultados positivos observados na maior parte da amostra, verificou-se que determinados cursos mantiveram taxa de ocupação inicial inferior a 20% das vagas ofertadas, inclusive com dependência exclusiva da segunda opção em um dos casos, evidenciando persistência de baixa demanda primária.

2.6.2. **ACHADO 01 - Persistência de baixa ocupação inicial em parte dos cursos analisados**

Apesar da implementação da sistemática de segunda opção no Vestibular 2026, alguns cursos da amostra analisada mantiveram taxa de ocupação inicial inferior a 20% das vagas ofertadas.

2.6.3. **Critério**

Princípios da eficiência e da economicidade na utilização de recursos públicos.

2.6.4. **Causas e efeitos**

Baixa atratividade estrutural do curso e limitação da política de segunda opção como mecanismo suficiente para reverter o cenário de baixa demanda primária.

Como efeito, cita-se o risco potencial de manutenção de oferta desconectada da demanda estudantil no médio prazo.

3. **RECOMENDAÇÕES**

Em decorrência do achado identificado e com base nas evidências analisadas, propõem-se as recomendações a seguir à Magnífica Reitora, voltadas ao fortalecimento do monitoramento da ocupação inicial de vagas e à avaliação continuada da situação dos cursos com ocupação persistentemente reduzida:

3.1. **RECOMENDAÇÃO 01: ao DEG**

Monitorar, nos próximos ciclos de ingresso, a evolução da taxa de ocupação inicial e do registro acadêmico efetivo nos cursos que apresentaram dependência predominante ou exclusiva da segunda opção, avaliando a sustentabilidade da medida como instrumento de política de ingresso.

Relativa ao Achado 01.

3.1.1. **Manifestação da Unidade**

O DEG apresentou manifestação por meio do Despacho SEI 14233156 e informou a elaboração do Relatório Complementar (SEI 14233894), com resposta aos apontamentos do Relatório de Auditoria nº 0003/2026. Segundo o despacho, o relatório complementar foi organizado em três eixos: contextualização do problema, ações já estruturadas no âmbito do Programa Vem pra UnB e associação das recomendações finais da Auditoria aos compromissos institucionais do DEG. O despacho também registra que foram encaminhados o Relatório Técnico 2 (SEI 14233926) sobre o preenchimento de vagas na graduação da UnB, ingresso 2026, e os slides apresentados ao Consumi em 08 de maio de 2026 (SEI 14233943).

No tocante às recomendações propostas, os compromissos assumidos pelo DEG foram apresentados de forma resumida no quadro a seguir:

Recomendação/tema	Compromisso institucional	Instrumentos de execução
Recomendação 01	Monitorar cursos com dependência predominante ou exclusiva da segunda opção, avaliando ocupação inicial, registro efetivo e permanência	Relatórios CAIS, dashboards, indicadores por curso e ciclo
Recomendação 02	Acompanhar cursos com baixa ocupação persistente, mesmo após nova sistemática de ingresso	Diagnósticos específicos, estratégias de atração, revisão de oferta e comunicação qualificada
Divulgação dos cursos	Ampliar comunicação inovadora sobre cursos de menor procura	Vem pra UnB, visitas, eventos, conteúdos digitais e linguagem acessível
Facilitação do ingresso	Tornar formas de acesso mais claras, constantes e próximas das escolas	Agente Ingresso UnB, palestras, orientação sobre PAS, Vestibular, SiSU e Acesso Enem
Retomada do SiSU	Reinserir o SiSU como mecanismo estratégico de diversificação do ingresso	Modelagem de ingresso e revisão da Resolução CEPE nº 53/2022
Permanência nas licenciaturas	Acompanhar o impacto do Pé-de-Meia Licenciaturas nos cursos com maior fragilidade de permanência	DAPL em parceria com DIEG, acompanhamento pedagógico e indicadores de continuidade

Fonte: Despacho DEG SEI 14233156

Relatório Complementar (SEI 14233894):

No Relatório Complementar, o DEG reconheceu a pertinência das duas recomendações e apresentou resposta institucional voltada ao monitoramento da ocupação de vagas, ao acompanhamento dos cursos com baixa ocupação persistente e à adoção de estratégias complementares de atração, comunicação, ingresso e permanência.

A unidade registrou que o não preenchimento de vagas na Universidade de Brasília não se limita a poucos cursos isolados e envolve um conjunto persistente de ofertas com dificuldade de ocupação, especialmente em licenciaturas, cursos noturnos e alguns bacharelados específicos. Também indicou que a baixa atratividade deve ser tratada como desafio institucional de médio e longo prazo, relacionado à percepção social das carreiras, à forma de apresentação dos cursos aos candidatos, às condições de permanência estudantil, aos processos seletivos, ao calendário de chamadas, à oferta por turno e campus e ao nível de informação disponível ao estudante no momento da escolha.

Nesse contexto, o DEG informou que a resposta institucional combina ações de curto, médio e longo prazo. Entre elas, destacou a divulgação dos cursos de menor procura, a facilitação do ingresso, o uso de dados, a retomada do SiSU, o acompanhamento da segunda opção, a revisão da Resolução CEPE nº 53/2022, o uso de painéis de monitoramento e o acompanhamento das licenciaturas no âmbito da política Pé-de-Meia Licenciaturas.

Quanto à Recomendação 01, o DEG afirmou que a Universidade “reconhece integralmente a pertinência” da recomendação. Segundo a unidade, a segunda opção no Vestibular tem se mostrado “instrumento relevante” para ampliar o aproveitamento da demanda já existente e reduzir a ociosidade de vagas, sobretudo em cursos de menor procura inicial. O DEG ponderou, contudo, que a avaliação dessa medida não deve se limitar à seleção inicial de candidatos, devendo considerar o registro acadêmico efetivo e a permanência do estudante.

Para esse fim, a unidade informou que pretende incorporar a análise da segunda opção à “rotina de monitoramento institucional”, com acompanhamento por curso, campus, turno, modalidade de ingresso e ciclo seletivo. Entre os indicadores indicados estão vagas ofertadas, matrículas por primeira opção, matrículas por segunda opção, taxa de ocupação inicial, registro acadêmico efetivo e permanência após o primeiro semestre ou ano.

Quanto à Recomendação 02, o DEG também se manifestou de forma favorável à recomendação. A unidade informou que os cursos que permanecerem com baixa ocupação, mesmo após a utilização da segunda opção ou de outras estratégias de ingresso, deverão ser objeto de diagnóstico mais aprofundado. Esse diagnóstico deverá considerar procura, ocupação, perfil dos candidatos, turno, campus, permanência, evasão inicial, comunicação institucional e aderência entre oferta e demanda social.

O DEG esclareceu que a finalidade não é adotar respostas automáticas ou restritivas, mas subsidiar decisões sobre divulgação, oferta, permanência, revisão de vagas, estratégias de atração e política de ingresso. Também informou que os cursos com baixa ocupação persistente deverão ser acompanhados por painéis de monitoramento e relatórios periódicos, com subsídios para a CAIS, o DEG, a DIEG, os colegiados de curso e as unidades acadêmicas.

O Relatório Complementar também apresenta o Programa Vem pra UnB como uma das respostas institucionais em curso para enfrentar os desafios de divulgação, orientação e aproximação com estudantes da educação básica. Segundo a unidade, o programa atua em duas frentes relacionadas às recomendações da Auditoria: ampliar a divulgação dos cursos, especialmente os de menor procura, e facilitar o ingresso por meio de informações adequadas, consistentes e constantes sobre formas de acesso, calendários, processos seletivos, cotas, permanência e oportunidades acadêmicas. O DEG ressaltou que o programa “não deve ser compreendido apenas como ação de divulgação”, mas como política de aproximação institucional, orientação educacional e indução de escolha informada.

No quadro de síntese dos compromissos assumidos, o DEG indicou, para a Recomendação 01, o monitoramento de cursos com dependência predominante ou exclusiva da segunda opção, avaliando ocupação inicial, registro efetivo e permanência, por meio de relatórios da CAIS, dashboards e indicadores por curso e ciclo. Para a Recomendação 02, indicou o acompanhamento de cursos com baixa ocupação persistente, mesmo após nova sistemática de ingresso, por meio de diagnósticos específicos, estratégias de atração, revisão de oferta e comunicação qualificada.

O mesmo quadro registra, ainda, compromissos relacionados à ampliação da comunicação sobre cursos de menor procura, por meio do Vem pra UnB, visitas, eventos, conteúdos digitais e linguagem acessível; à facilitação do ingresso, por meio do Agente Ingresso UnB, palestras e orientação sobre PAS, Vestibular, SiSU e Acesso Enem; à retomada do SiSU como mecanismo estratégico de diversificação do ingresso; à revisão da Resolução CEPE nº 53/2022; e ao acompanhamento do impacto do Pé-de-Meia Licenciaturas nos cursos com maior fragilidade de permanência, com atuação da DAPLI em parceria com a DIEG.

No caso das licenciaturas, o Relatório Complementar registrou 188 estudantes contemplados pelo Pé-de-Meia Licenciaturas, em um total de 390 ingressantes em cursos de licenciatura, o que corresponde a aproximadamente 48,2% dos ingressantes nesse grupo. A unidade informou que o acompanhamento dessa política será realizado pela DAPLI em parceria com a DIEG, com foco em permanência, êxito acadêmico e sustentabilidade das licenciaturas.

Ao final, o DEG concluiu que as ações em curso e as medidas propostas demonstram uma “resposta integrada” ao problema da baixa atratividade, combinando comunicação inovadora, aproximação com escolas, facilitação do ingresso, monitoramento por dados, revisão normativa e políticas de permanência. Também registrou que o objetivo institucional é assegurar melhor aproveitamento das vagas públicas ofertadas, fortalecer os cursos de graduação, valorizar as licenciaturas e construir uma política de ingresso mais inclusiva, sustentável e “orientada por evidências”.

Relatório Técnico 2 (SEI 14233926):

O Relatório Técnico 2, elaborado pela CAIS/DIEG/DEG, foi apresentado como base técnica para subsidiar decisões institucionais sobre a política de ingresso na graduação da UnB, especialmente a partir da experiência de reintrodução do SiSU em 2026. O documento afirma que “o maior desafio que se apresenta atualmente no cenário das universidades públicas federais e estaduais é o não preenchimento de vagas primárias. Trata-se de um fenômeno que vem se agravando nos últimos anos e que hoje constitui o principal foco de preocupação e cuidado do DEG da UnB.”

O relatório informa que a análise teve como objetivos subsidiar decisões institucionais sobre a política de ingresso, contribuir para uma política consistente, sustentável e inclusiva e constituir etapa inicial de processo mais amplo, com apontamentos iniciais sobre evasão e permanência. Para tanto, foi realizada:

1. uma análise comparativa do preenchimento de vagas com a entrada por meio do SiSU, observando-se sua efetividade em relação ao PAS e ao Vestibular;
2. uma análise sobre a segunda opção de curso no Vestibular 2026 e sua efetividade enquanto ação situada;
3. uma análise sobre a efetividade do preenchimento de vagas via PAS com vistas à proposição de nova modelagem de ingresso na Universidade de Brasília, a partir da necessária revisão da Resolução CEPE 53/2022.”

A CAIS utilizou seis planilhas de acompanhamento do ingresso em 2026/1, abrangendo a ocupação por PAS, Vestibular e SiSU; a ocupação em primeira e segunda opção no Vestibular; o perfil dos matriculados pelo SiSU; dados das licenciaturas e dos estudantes elegíveis ao Pé-de-Meia Licenciaturas; o preenchimento pelo PAS nos últimos cinco anos; e a concorrência entre processos seletivos loco-regionais.

O relatório retomou o diagnóstico histórico do Relatório Técnico 1 e apontou que, no mapeamento dos últimos três anos, foram identificados 40 cursos com preenchimento inferior a 80%. Esses cursos foram classificados em quatro faixas: 6 cursos abaixo de 30%, em situação crítica; 18 cursos entre 30% e menos de 50%, em situação muito preocupante; 11 cursos entre 50% e menos de 70%, em situação de alerta; e 5 cursos entre 70% e menos de 80%, em situação de atenção.

No que se refere ao SiSU, o Relatório Técnico 2 demonstra que a medida produziu resultado positivo na recomposição de vagas. Nos 45 cursos analisados, a oferta PAS/Vestibular somou 1.805 vagas. Foram registrados 402 ingressantes pelo PAS, 551 pelo Vestibular e 924 pelo SiSU. Com isso, a taxa de ocupação por PAS mais Vestibular foi de 52,8%, enquanto a taxa de ocupação final, após a entrada do SiSU, alcançou 95,2%. O documento informa, ainda, que o SiSU cobriu integralmente o déficit deixado por PAS e Vestibular em 29 cursos e que, em 27 cursos, o total final de ingressantes ficou acima da própria oferta PAS/Vestibular.

O relatório também aponta que, em cursos com preenchimento primário mais baixo, o SiSU teve papel relevante na recomposição da ocupação. Entre os exemplos registrados estão Letras Tradução Espanhol, com 1 ingresso por PAS/Vestibular e 23 pelo SiSU; Gestão Ambiental, bacharelado noturno, com 2 ingressos por PAS/Vestibular e 35 pelo SiSU; Música, licenciatura, com 1 ingresso por PAS/Vestibular e 15 pelo SiSU; e Ciências Naturais, licenciatura noturno, com 4 ingressos por PAS/Vestibular e 37 pelo SiSU.

Ainda assim, a CAIS registra que o problema não foi integralmente superado. O relatório informa que 24 cursos tiveram taxa de ocupação por PAS mais Vestibular inferior a 50% da oferta primária e que 27 cursos ficaram abaixo de 60%. Mesmo após a entrada do SiSU, 19 cursos permaneceram com taxa final de ocupação inferior a 80% da oferta total. Esses dados reforçam a necessidade de acompanhamento específico dos cursos com baixa ocupação persistente, nos termos da Recomendação 02.

Quanto à segunda opção no Vestibular UnB 2026, o Relatório Técnico 2 conclui que o mecanismo teve “efeito positivo e mensurável” sobre o preenchimento das vagas. No conjunto de 99 cursos ou campi analisados, a oferta foi de 2.102 vagas. Após a primeira opção, haviam sido ocupadas 1.635 vagas, equivalentes a 77,8% da oferta. A segunda opção acrescentou 154 ingressos, elevando a ocupação final para 1.789 vagas, ou 85,1%. O resultado representa ganho de 7,3 pontos percentuais e redução de 33,0% das vagas ociosas que permaneciam após a primeira opção.

O relatório também indica que a segunda opção teve atuação focalizada. Parte dos cursos ou campi analisados registrou ingresso por essa via, enquanto outros não tiveram recomposição. Mesmo após a utilização do mecanismo, permaneceram vagas não ocupadas, o que confirma que a segunda opção contribui para reduzir a ociosidade, mas não substitui a necessidade de monitoramento da ocupação inicial, do registro acadêmico efetivo e da permanência, nem dispensa estratégias complementares para os cursos que continuam com baixa ocupação.

Nas conclusões, a CAIS afirma que o SiSU se mostrou “altamente efetivo” para recompor e ampliar a ocupação de vagas, mas ressalta que essa efetividade não elimina a necessidade de revisão mais ampla da política de ingresso primário da Universidade. Sobre a segunda opção, o documento registra sua “efetividade objetiva” na redução de vagas ociosas, sobretudo em cursos com menor capacidade de preenchimento inicial, e indica que a análise constitui “ponto de partida” para debate institucional, a ser complementado por estudos sobre evasão, permanência, perfil dos ingressantes e custos acadêmicos e administrativos associados aos diferentes mecanismos de ingresso.

3.1.2. Análise da Auditora Interna

A manifestação apresentada é aderente à recomendação. Os documentos indicam resultados positivos na recomposição de vagas, especialmente pelo SiSU e pela segunda opção. Mantém-se a recomendação com vistas ao monitoramento posterior.

3.2. RECOMENDAÇÃO 02: Ao DEG

Manter acompanhamento específico dos cursos cuja taxa de ocupação inicial persistentemente reduzida, mesmo após a implementação da nova sistemática de ingresso, a fim de subsidiar eventual reavaliação da política de oferta ou estratégias complementares de atração.

Relativa ao Achado 01.

3.2.1. Manifestação da Unidade

Conforme manifestação da unidade transcrita anteriormente.

3.2.2. Análise da Auditora Interna

A manifestação demonstra aderência ao encaminhamento proposto. Como ainda persistem cursos com ocupação reduzida, mantém-se a recomendação, para posterior monitoramento.

4. CONCLUSÃO

A presente auditoria teve por objetivo avaliar a qualidade dos cursos de graduação com baixa atratividade sob a ótica da utilização dos recursos disponíveis, com foco na ocupação de vagas e na eventual subutilização de infraestrutura acadêmica. O escopo restringiu-se à análise das ações institucionais adotadas pelo DEG, não abrangendo avaliação pedagógica dos cursos nem verificação in loco de instalações físicas.

No que se refere às ações voltadas à otimização da ocupação de vagas, verificou-se que o DEG possui medidas formalizadas, com respaldo em normativos internos, planejamento estratégico e instrumentos de acompanhamento institucional. Foram identificados mecanismos de redistribuição de vagas ociosas e diversificação de formas de ingresso.

Também foram observadas intenções da CAIS/DEG, conforme Relatório Técnico SEI nº 13349089, de testar hipóteses e pensar novas estratégias para melhorar a eficácia de preenchimento das vagas, retomar projetos de interação com escolas, revisar e dar maior flexibilidade a Resolução nº 53/2022, avaliar a adesão ao SiSU para preencher as vagas remanescentes já no primeiro semestre de 2026, desenvolver campanhas de valorização das licenciaturas e da política 'mais professores', entre outras medidas.

Nesse sentido, verifica-se que o referido Relatório está em acordo com muitas das sugestões que os estudantes dos 40 cursos de baixa atratividade expuseram em suas respostas ao questionário elaborado pela Auditoria Interna e cujo compilado foi aqui disponibilizado. Em que pese muitas das sugestões dos discentes irem além do objeto desta auditoria e, por vezes, para implementação exigirem aporte de mais recursos humanos e financeiros, foi importante ouvi-los e relatar suas percepções, pois elas ecoam para fora dos muros da UnB, demonstram como está sendo transmitida a imagem dos cursos e, portanto, influenciam na procura e preenchimento das vagas.

Quanto à eventual subutilização de infraestrutura, a unidade informou não haver indícios de ociosidade relevante nos cursos analisados. A descrição dos procedimentos institucionais de ensalamento, conduzidos de forma centralizada e com critérios objetivos, bem como a atuação da Comissão Permanente de Espaço Físico, indicam existência de mecanismos de planejamento e controle voltados ao uso racional das instalações acadêmicas. Registra-se que a análise se baseou nas informações documentais apresentadas, não tendo sido realizados testes físicos de ocupação ou exames específicos da carga docente efetivamente ministrada.

Destaca-se, ainda, a análise da sistemática de primeira e segunda opção implementada no Vestibular 2026. A avaliação comparativa dos resultados de 2024, 2025 e 2026 indicou que a introdução da segunda opção contribuiu para ampliar a taxa inicial de selecionados em 5 dos 6 cursos examinados, com aumento relevante em cursos como Gestão do Agronegócio e Música (Bacharelado). Embora a medida não tenha sido suficiente para superar integralmente situações estruturais de baixa demanda em todos os casos, verificou-se impacto positivo mensurável na maior parte da amostra analisada.

Após a manifestação apresentada pelo DEG, por meio do Despacho SEI nº 14233156 e do Relatório Complementar SEI nº 14233894, bem como à luz dos elementos constantes do Relatório Técnico 2 da CAIS/DEG SEI 14233926), observa-se que a unidade reconheceu a pertinência das recomendações e informou encaminhamentos compatíveis com os pontos apontados pela Auditoria Interna, especialmente quanto ao monitoramento da ocupação de vagas, ao acompanhamento dos cursos com ocupação persistentemente reduzida e à adoção de estratégias complementares de atração, ingresso, comunicação e permanência. Tais elementos foram considerados na análise final, sem prejuízo da manutenção das recomendações, que permanecem voltadas ao posterior acompanhamento.

Em razão do exposto, e tendo em vista o achado identificado no âmbito do escopo definido, foram sugeridas duas recomendações à Magnífica Reitora, voltadas ao monitoramento da efetividade da sistemática de segunda opção e ao acompanhamento de cursos com ocupação persistentemente reduzida.

Auditora
Matrícula UnB 1105566

Helen Carolina Cordeiro
Auditora
Matrícula UnB 1082728

José Antonio Barbosa da Silva
Auditor
Matrícula UnB 1086669

Luciana Maria de Oliveira Cortinhas
Auditora
Matrícula UnB 1070118

De acordo:

Betânia Moraes Goudinho
Auditora-Chefe da Auditoria Interna - Substituta
Matrícula UnB 1052250



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Costa Lima Gomes, Auditor(a) da Auditoria Interna**, em 08/06/2026, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria de Oliveira Cortinhas, Auditor(a) da Auditoria Interna**, em 08/06/2026, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **José Antonio Barbosa da Silva, Auditor(a) da Auditoria Interna**, em 08/06/2026, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Helen Carolina Cordeiro, Auditor(a) da Auditoria Interna**, em 08/06/2026, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Betânia Moraes Goudinho, Auditor(a) Chefe Substituto(a) da Auditoria Interna**, em 08/06/2026, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14317932** e o código CRC **94366743**.